

EMIGRAR, NÃO CASAR OU ESPERAR. O DESTINO DAS MULHERES PORTUGUESAS EM FINS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX. TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS

DOUTORANDA MARIA APARECIDA MACEDO PASCAL

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE E UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO- USP

O Olhar estrangeiro.

Através do olhar dos viajantes e dos trabalhos dos historiadores dedicados a este período, podemos delinear o perfil das mulheres trabalhadoras portuguesas em fins do século XIX e início do século XX. A historiadora Ana Vicente,¹ recolheu minuciosamente essas descrições feitas pelos viajantes, sendo um dos traços marcantes nesses relatos, o intenso e pesado trabalho desenvolvido tanto pelas mulheres camponesas, como pelas que labutavam na vida urbana.

Um desses viajantes, Bell Albrey², afirmava que dois terços do trabalho em Portugal era realizado pelas mulheres. Aos homens cabia sempre um papel de liderança e menor esforço físico. Lavrando, puxando bois, tirando água de poço, trabalhando em pedreiras, carregando fardos pesados na cabeça, o cotidiano dessas mulheres desde crianças era “mourejar” ou seja trabalhar como escravas mouras.

Um outro viajante Koebel W.H.³, destaca que as mulheres de Viana do Castelo, chamavam a atenção pela feminilidade e beleza dos traços físicos, mas enfrentavam igualmente todos os trabalhos agrícolas, enquanto os homens preferiam trabalhos artesanais: carpinteiro, pedreiro e até servir como criados. A labuta pesada da terra ficava portanto com as mulheres. Este hábito de tudo carregar na cabeça desde crianças, trazia graves conseqüências à saúde dessas mulheres.

Sale Mark⁴ outro viajante afirmava: *“Nas observações que tenho feito do campesinato tenho anotado com algum gozo os traços que demonstram como o seu conceito do lugar da mulher no esquema do universo, tem afinidades com o pensamento oriental. A mulher é quem carrega os fardos, um costume que talvez date daquele tempo em que um homem tinha que ter as mãos livres e sempre alerta para qualquer hipótese de um ataque inimigo”*.

Tentando entender o papel social feminino, Sale Mark apontava para a herança árabe, tão presentes na cultura portuguesa. Mas o que realmente impressionava os viajantes era o fato da mulher ser sobrecarregada de tarefas, quase uma escrava, enquanto o homem, pai, irmão, marido, mesmo na pobreza, desfrutava de uma situação social melhor, como afirma Gabrielle Reval⁵, citando o ditado popular: “Um homem que se respeite não carrega com nada.”

Outros viajantes destacavam o caráter independente dessas mulheres camponesas muito ativas e laboriosas e que tinham consciência de seu papel na economia rural, mas ainda assim, segundo a historiadora Irene Vaquinhas⁶, as mulheres das camadas populares estruturavam seus

valores no binômio “propriedade-sexualidade”, dentro de uma ética burguesa, levando-as ao conformismo, repressão e subordinação social, reproduzindo os valores das elites.

Apesar da irreverência verbal, da aparência rebelde e agressiva nas expressões e atos, hierarquizavam comportamentos, colocando-se como guardiãs da moral e tendo o homem mesmo ausente, como seu ponto de referência, dominadas como afirma Irene Vaquinhas por uma “androtropia”.

O olhar dos viajantes assinalou a reclusão das mulheres da elite em contraste com as mulheres das classes populares, que se movimentavam com mais liberdade em função do trabalho. Dentre elas, as ovarinas merecem destaque pelo lado pitoresco e incrível vitalidade para o trabalho.

Os viajantes segundo Ana Vicente⁷, criticam algumas por se dedicarem à prostituição e em função desta atividade disseminarem doenças. Um desses viajantes Modesto Fernandes Gonzáles, falando sobre as ovarinas, ressalta que constituíam um dos tipos mais curiosos e populares, vistas por toda a cidade de Lisboa do cais às praças.

Pés descalços, canastra na cabeça, apregoando sua mercadoria a altos brados, quando jovens encantam a todos, quando idosas guardam ainda o bom humor da juventude. Sem se importar com os trajes ou calçados apreciam e valorizam os brincos e adornos de ouro e prata, que no futuro se transformarão no dote para o casamento. “ *Freguez, olá freguez, uma pescada que nem um fidalgo.*”

Nos dias de festa afirma a viajante Maria Rattaz,⁸ expõem todo o ouro comprado muitas vezes com as privações até do estômago. A paixão pelas jóias é típica das ovarinas que com seus familiares pais, maridos, homens do mar, formam um conjunto exótico e laborioso.

No Porto, segundo a viajante, encontravam-se as mais belas; carregando a canastra de peixe na cabeça, ou o filho quando esta já encontra-se vazia. No cesto carregavam também mobílias e toda sorte de objetos. Conclui Ana Vicente, que as mulheres do povo, rurais ou urbanas só fazem trabalhar, até em domínios considerados masculinos, como quebrar pedras e abrir estradas. Os viajantes registram também uma certa indolência masculina, bem como a dependência destes em relação às mulheres.

A respeito das bordadeiras da Madeira, técnica introduzida em 1850 por uma inglesa Mrs. Phelps, eram executadas com habilidade e arte, por mãos femininas calejadas da lavoura, sendo iniciadas nesta atividade quando ainda eram crianças. Para alguns destes viajantes a Igreja Católica era em parte responsável pelo atraso do país. As mulheres recolhidas ao convento por vontade paterna ou dos maridos, privavam o país de um crescimento demográfico considerável. Outros acreditam que a Igreja realiza um bom trabalho social recolhendo órfãos e viúvas pobres e até oferecendo nestes espaços uma certa autonomia, não encontradas em outras instâncias da vida social portuguesa na época.

A descrição física das mulheres e seus trajes por esses viajantes é bastante contraditória; vistas como bonitas associadas a pele clara ou feias, gordas, desleixadas com a aparência e de higiene precária, são referências que surgem com frequência nestes relatos.

Sobre as mulheres dos Açores, os viajantes acentuam que o atraso nos costumes em função do isolamento, é maior. Trabalham muito e casam-se muito cedo, tem muitos filhos, e uma dieta alimentar pobre, fatores que justificam suas mortes prematuras em relação aos homens.

Emigração, Família e Casamento

No Minho as mulheres são mais numerosas que os homens, em função da emigração, segundo Reynold de Gonzague,⁹ este fato instituiu na região um verdadeiro matriarcado, já que na ausência do marido a mulher cuida da terra e da família. A educação dos filhos é muito marcada pela presença das mães, que acentuam as virtudes domésticas e a tradição, conseqüentemente a educação ressent-se da falta da figura masculina ou porque o pai emigrou ou porque se omitiu, faltando assim certas qualidades viris.

No Minho e em todo o norte de Portugal as mulheres vestiam-se de preto, denominadas viúvas de vivos, cuidavam da terra e da família e esperavam pelo regresso dos maridos. Esta longa tradição remonta dos celtas, deixar os trabalhos do campo para as mulheres e foi a saída diante da constante emigração, conforme estudo de Stanislawski (1959), citado por Brettell.¹⁰

Concluimos que a mulher desempenhou importante papel econômico no norte de Portugal, assumindo os filhos e esperando por maridos em busca de fortuna no Brasil ou qualquer lugar distante. Outro traço interessante sobre a constituição da família a partir de 1890 é a idade com que homens e mulheres contraem casamento.

Conforme Brettell¹¹ quase metade dos homens e um terço das mulheres tinham mais de trinta anos, usando como referência sua pesquisa no distrito de Santa Eulália. Muitos destes casamentos eram contraídos com mulheres até dez anos mais velhas. Este fato, segundo Brettell, é característico não apenas do norte de Portugal, mas do modelo de casamento da Europa ocidental. A média de idade em Portugal é elevada tanto para homens como mulheres até 1940, sendo que 10% das mulheres eram seis anos pelo menos mais velhas que seus maridos.

Estas características estão ligadas ao tipo de exploração da terra, sobretudo no noroeste de Portugal, onde a maioria das famílias viviam de pequenas propriedades e muitas cultivavam terras arrendadas, tendo que pagar rendas mesmo nos anos de difíceis colheitas. A fragmentação da terra, a crise econômica relacionam-se a idade elevada para os casamentos já que muitos emigravam

sobretudo para o Brasil em busca de melhores condições de vida, adiando ou eliminando o casamento, haja visto que muitos jamais regressaram.

O fato das mulheres serem herdeiras mudava também a opção pelo casamento, convertido numa complexa relação entre sistema fundiário, emigração e idade, segundo Brettell. Mulheres solteiras na lavoura eram exploradas pelos pais até o casamento, como recurso econômico; as viúvas relutavam em casar novamente, por temerem a discórdia no lar, ou às vezes optavam por homens mais novos que pudessem controlar. Os casamentos entre primos eram vistos como economicamente atraentes. O temor de muitos filhos e a conseqüente miséria também incentivava os casamentos tardios além da emigração. O celibato, sobretudo feminino, também relaciona-se a terra e herança.

Vários historiadores e antropólogos dentre eles Bauer (1983), Bourdieu (1962) confirmam que quando a herança é divisível é baixa a incidência do celibato. Ao contrário quando é indivisível promove a emigração e o celibato. Em Portugal, contudo, a divisibilidade da herança produziu o minifúndio e este também está associado ao celibato. Em todo noroeste de Portugal o celibato feminino era maior que o masculino, em fins do séc. XIX e início do séc. XX.

As péssimas condições econômicas e emigração prioritariamente masculina, explicariam o maior celibato feminino. Muitos noivos jamais retornaram e essas mulheres chegaram à maturidade sem esperança de encontrar um cônjuge. Para emigrar as mulheres casadas precisavam da autorização dos maridos e as solteiras com menos de vinte e um anos e mesmo após a maturidade necessitavam da aprovação dos pais. Intenso preconceito afugentava a emigração das mulheres solteiras.

Os trabalhos agrícolas eram um impedimento à emigração feminina, mas por outro lado a importância e influência da mulher dentro da família cresceram em função de seu papel econômico, dispunham inclusive de certa liberdade de movimentos antes desconhecidas. Conforme Dixon, citado por Brettell¹² a opção pelo casamento e a possibilidade de outras alternativas sociais passa a ser considerada pelas mulheres: podiam se sustentar, eram herdeiras, chegariam a ser proprietárias, tantas mulheres tinham o mesmo destino, o celibato, este fato não chegava a ser um estigma que as incomodasse.

O Código Civil concedia uma certa autonomia às solteiras e subjugava as casadas aos maridos. Havia portanto no celibato alternativas sociais compensadoras, embora na análise da questão sejam relevantes também os fatores demográficos, econômicos e culturais que atuavam sobre o fato.

As mulheres portuguesas e a emigração

As rígidas leis de emigração portuguesas exigiam a emissão de passaportes; as mulheres para emigrar dependiam da autorização de pais e maridos. Acompanhando os dados estatísticos, percebemos que a imigração feminina foi sempre bem menor que a masculina, sofrendo um rápido crescimento a partir de 1890. Com a partida dos maridos, caberá a estas mulheres todo trabalho produtivo e o sustento dos filhos. Viúvas de vivos, vivendo a desintegração geográfica das famílias, não podiam dissolver os laços conjugais, muitas vezes já desfeitos por maridos com novas famílias no Brasil, já que a legislação da época não permitia o divórcio e restringia a saída para o estrangeiro de mulheres casadas.

A explicação encontrada para este quadro, está ligada aos fluxos financeiros e remessas enviadas pelos imigrantes, essenciais para o equilíbrio do país e que só se manteriam pela permanência dos laços conjugais e manutenção da família, no país de origem. Muitas vezes abandonadas, enviavam os filhos homens em busca deste pai perdido no Brasil. O destino das mães e avós, observado por estas mulheres, esquecidas na terra, vai pouco a pouco produzindo uma mudança no comportamento destas aldeãs. Decidem enfrentar a aventura num país desconhecido a se deixarem ficar para trás, com um destino já previsto. Embarcam com os maridos carregando os filhos menores.

No Brasil, essas imigrantes percebem que muitas das tarefas a que estavam habituadas em suas pequenas comunidades deveriam mudar. Dividiam com os maridos pequenos negócios como padarias, bares e quitandas, trabalhavam como operárias, lavadeiras, costureiras, atuando em atividades completamente diferentes da terra de origem, enfrentando a jornada dupla para sobreviver. Embora a imigração portuguesa fosse prioritariamente individual e masculina, a partir de 1890 e da primeira década do século XX, cresce a imigração familiar e feminina em cerca de 41% (em 1891-1899) e 36% (em 1910-1919)¹³. A maior parte das mulheres que vieram neste período eram casadas. A emigração familiar começou a preocupar as autoridades portuguesas pela desaceleração do crescimento demográfico, envelhecimento da população e, sobretudo, porque afetava as remessas dos emigrantes para Portugal.

Mãos femininas portuguesas lutando pela inclusão

A imigração está diretamente relacionada à expansão da economia cafeeira e crise do trabalho escravo no Brasil. Os cafeicultores conseguiram que, a partir de 1880, o governo subsidiasse a imigração, atendendo às solicitações da elite agrária que substituíria o escravo por

imigrantes em grandes unidades familiares, com farta e barata mão-de-obra infantil e feminina, indispensáveis na colheita do café e aumentando consideravelmente a produtividade.

As condições de vida e trabalho nas fazendas de café eram difíceis: contratos não cumpridos pelos fazendeiros, baixa remuneração, multas, endividamentos, violência física contra os colonos¹⁴. A instabilidade dos preços do café no mercado internacional fazia crescer os conflitos entre fazendeiros e colonos, que buscavam as cidades como melhor alternativa de sobrevivência. No caso dos portugueses, Santos e São Paulo eram as mais procuradas. Aqueles que deixavam as lavouras de café, procuravam nas cidades ocupações no mercado informal, na indústria, serviços ou abrindo pequenos negócios associados a outros contrerrâneos. Na indústria têxtil em São Paulo, os portugueses representavam 12% da mão-de-obra que era basicamente feminina. Em outros segmentos industriais como fiação, tecelagem, malharias, com a produção de chapéus, fósforos, chocolates e cigarros, atingiram 22% dos trabalhadores com predomínio também feminino¹⁵.

Em Santos, a mão-de-obra feminina portuguesa era utilizada nos armazéns do porto como catadoras de café, recebendo como pagamento uma pequena parte do café recolhido que posteriormente revendiam no varejo. Costuravam também a sacaria utilizada para acondicionar o produto. Pela cidade de São Paulo, era comum se ver verdureiras que comercializavam flores, verduras, ovos, batatas, cebolas, provenientes de chácaras que exploravam nas cercanias da cidade. Além dos trabalhos domésticos, as mulheres portuguesas complementavam a renda com estas atividades. As especialidades da cozinha portuguesa, doces e salgados, os famosos pastéis de Santa Clara e Belém, eram vendidos pelos filhos menores nos parques e logradouros públicos tais como teatros, igrejas, e no Jardim da Luz. Como empregadas domésticas eram as preferidas, vistas como trabalhadeiras e honestas. Muitas vezes, vários membros da mesma família trabalhavam na mesma casa em diferentes atividades: copeiras, cozinheiras, jardineiros, motoristas.

As costureiras especializadas em sacarias para o café, também desenvolviam seus trabalhos nos domicílios. As dificuldades de recuperar as trajetórias destas trabalhadoras no espaço doméstico, em virtude das “barreiras documentais,”¹⁶ reduz o papel feminino nas formas de resistência, greves, conflitos, que ocorriam na São Paulo do início da industrialização. Havia uma verdadeira segmentação no mundo do trabalho operário da época: o grupo do trabalho fabril, visto como disciplinado e separando o espaço público do trabalho, do mundo privado; e as trabalhadoras domiciliares vistas como um segmento em extinção, secundário, desarticuladas dentro do mundo industrial e moderno que se anunciava. Ignorava-se que este trabalho domiciliar exigia grande organização do tempo e do espaço para se desenvolver e era desempenhado em habitações sem conforto e estrutura, como os cortiços. A submissão destas trabalhadoras através do isolamento nos lares sempre foi levantada pela historiografia, como uma “*estratégia patronal para esvaziar as reivindicações*”.¹⁷

Por outro lado, o tempo de trabalho feminino no domicílio era marcado por uma fragmentação de atividades e tarefas, em número de horas muito superior ao trabalho fabril e pior remunerado, mas que de certa forma permitia conciliar o trabalho com a casa, os filhos e a família, um meio caminho entre o público e o privado, que apesar da precariedade, possibilitava a subsistência. O discurso patronal acentuava as vantagens no trabalho domiciliar permitindo desenvolver renda e cuidados da família, “sem perder a feminilidade”. No caso da imprensa operária havia esporadicamente críticas às condições do trabalho de agulha e sua passividade social.

Nem conformismo, nem passividade na face feminina do trabalho

Tanto para a imprensa operária como para o patronato, o trabalho no domicílio era menos passível de greves e reivindicações. Para a imprensa operária, estes trabalhadores minavam os movimentos porque durante as greves continuavam produzindo, além disto não eram tão articulados politicamente; o próprio isolamento e a fragmentação dificultavam a criação de vínculos. Contudo, questionando esta leitura tanto da Historiografia como da Imprensa operária, verificam-se várias formas de resistência desta mão-de-obra:

(...) no ritmo lento da produção, nos atrasos propositados, no alargamento do ponto, agilizando o trabalho remunerado por peça, mas pecando contra a qualidade do serviço, boicotava-se deliberadamente ou não a produção. (Matos)

Várias associações desmentem também a passividade destas trabalhadoras. Em 1906, foi fundada a União das Operárias Costureiras; em 1908, o Sindicato das Costureiras de Carregação – provavelmente uma extensão da Liga de Resistência das Costureiras, também criada em 1906.

O trabalho doméstico envolvia as mais variadas atividades, cozinheiras, amas-de-leite, copeiras, damas de companhia, lavadeiras, embora com poucos rendimentos, viam neste trabalho a vantagem de receber casa e alimentação. As redes sociais e relações familiares empregavam os recém chegados em casas de conhecidos e mesmo parentes. Nem sempre estas relações eram harmoniosas: ao mesmo tempo em que protegiam parentes pobres num ambiente desconhecido, produziam intensa exploração dos mesmos, muitas vezes apenas em troca de casa e comida. Muitas denúncias por maus-tratos e trabalho escravo chegavam até as autoridades policiais.

Meninas pequenas eram empregadas em casas de família trabalhando como adultos. A força produtiva dessas mulheres pode ser constatada nos dois lados do Atlântico: em Portugal, lutando sozinhas na agricultura, mudando hábitos e comportamentos, educando filhos, esperando pela volta de um marido que nem sempre retornava; no Brasil, desenvolvendo toda sorte de atividades,

vencendo a exclusão, enfrentando os desafios na nova terra que abraçaram, participando intensamente como sujeitos históricos do desenvolvimento de São Paulo no início do século XX.

BIBLIOGRAFIA

BRETTELL, Caroline- Homens que partem Mulheres que esperam- Lisboa- Dom Quixote

BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade - Lembrança de Velhos*, São Paulo, Cia das Letras, 1994.

COSTA, Leite Jr.. *A emigração portuguesa: a lei e os números. Análise Social* - Tese de Doutorado, Universidade de Colúmbia, 1994.

ESTEVES, Laura Leitão. *Entre duas pátrias, o mito do retorno - Memória e Imaginário das Mulheres Portuguesas em São Paulo* - Tese de Mestrado, PUC- São Paulo, 2000.

FAUSTO, Boris (org). *Fazer a América - A imigração em massa para a América Latina*, São Paulo, Edusp, 2000.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Portugueses en Brasil en Siglo XX*, Madrid, Editorial Mapfre, 1994.

MATOS, Maria Izilda e Soller, Maria Angélica (org). *A cidade em debate*, São Paulo, Olho D'Água, 1987.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura. História, Cidade e Trabalho*. Bauru, Edusc, 2002.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Urbanização e Modernidade: entre o passado e o futuro* – In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem Incompleta*, São Paulo, Senac, p.83.

SANTOS, Guerra. *A presença portuguesa no Brasil - Impressões de Viagem*, Lisboa, 1970.

PASCAL, Maria Aparecida Macedo e FINOCHIARO, Miriam Elza Penteado Rocha. *Cidadania e Exclusão Social na Primeira República Brasileira*. Anais do 1º Congresso Português de Sociologia , Lisboa , Fundação Calouste Gulbenkian , UTL .

PASCAL, Maria Aparecida Macedo (co-autoria). *Pobreza e Exclusão Social de Trabalhadores Nacionais e Portugueses em São Paulo no período de 1890 a 1930 e Repercussões na Contemporaneidade* – In: *Anais do Colóquio Internacional Modelo Latino de Proteção Social Reflexões sobre o Estado de Previdência Em Portugal, Espanha e Brasil*. Universidade Técnica de Lisboa, setembro de 2001.

SERRÃO, Joel. *Emigração Portuguesa*, Lisboa- Horizonte

VAQUINHAS, Irene- *Senhoras e Mulheres na Sociedade Portuguesa do séc. XIX*- Lisboa- Edições Colibri- 2000

VICENTE, Ana. *As mulheres portuguesas vistas por viajantes estrangeiros (séculos XVII , XIX e XX)* . Lisboa – Gótica, 2000.

WALL; Karin- *Famílias no Campo: Passado e Presente em duas Freguesias do Baixo Minho*- Lisboa- Publicações Dom Quixote- 1998

_____ *A outra Face da Emigração- Estudo sobre a situação das mulheres que ficam no país de origem*. Edição da Comissão Feminina- Lisboa- 1982

¹-Vicente, Ana- As Mulheres portuguesas vistas por Viajantes Estrangeiros(séc. XVIII,XIX e XX) Lisboa- Gótica- 2001

² - Op. Cit pp 224-225

³ - Op. Cit p. 221

⁴ - Op. Cit- p. 224

⁵ - Op. Cit p. 235

⁶ - Vaquinhas, Irene- Senhoras e Mulheres na Sociedade Portuguesa do séc. XIX- Lisboa- Edições Colibri-2000 p. 159

⁷ - Op. Cit – p. 133

⁸ - Op. Cit. P. 183

⁹ - Op. Cit. P. 241

¹⁰ - Brettell, Caroline B. – Homens que partem, mulheres que esperam – p. 113

¹¹ - Op. Cit. P. 119

¹² - Op. Cit. P. 157

¹³ -PEREIRA, Miriam Halpern. Liberdade e Contenção na Imigração Portuguesa(1850-1930). In: Atas do Colóquio Internacional Emigração e Imigração em Portugal séculos XIX e XX –p.13

¹⁴ -Idem, Ibidem, p.62

¹⁵ -Idem,Ibidem p.65

¹⁶ - MATOS, Maria Izilda Santos de- Cotidiano e Cultura. História Cidade e Trabalho- Bauru- Edusc-2002 p.90

¹⁷ - Idem p. 94